



NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 26208-054-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
NEC Energia e Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NEC Energia e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

NEC Energia e Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.497	6.679	44.847	39.641
Contas a receber de clientes	5	-	-	6.022	8.843
Adiantamentos concedidos	6	91	153	401	3.469
Impostos a recuperar	7	246	166	3.945	1.768
Dividendos a receber	8	-	-	3.290	-
Outros ativos	9	56	81	422	1.084
Partes relacionadas	10	1.453	3.696	489	4.515
Total do ativo circulante		19.343	10.775	59.416	59.320
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	-	-	-	965	246
Partes relacionadas	10	23.679	23.283	27.943	27.517
Investimentos	11	175.758	212.636	52.496	57.665
Imobilizado	12	1.759	2.111	220.107	221.519
Intangível	13	1.249	1.855	7.928	5.710
Direito de uso	14	2.028	2.594	2.028	2.594
Total do ativo não circulante		204.473	242.479	311.467	315.251
Total do ativo		223.816	253.254	370.883	374.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NEC Energia e Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	15	424	378	2.801	8.091
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	579	5.486
Obrigações tributárias	17	37	28	2.113	2.138
Obrigações sociais	18	2.325	2.356	6.398	6.055
Adiantamento de clientes	-	-	-	69	33
Partes relacionadas	10	400	644	351	3.364
Passivo de arrendamento	14	440	488	440	488
Dividendos a pagar	19	-	-	44.700	-
Total do passivo circulante		3.626	3.894	57.451	25.655
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	597	1.147
Partes relacionadas	10	10.908	10.908	10.908	10.908
Passivo de arrendamento	14	2.002	2.538	2.002	2.538
Provisões para riscos	20	-	-	908	396
Tributos diferidos	21	-	-	38.247	40.604
Total do passivo não circulante		12.910	13.446	52.662	55.593
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social	23.1	71.444	70.548	71.444	70.548
Reserva legal	23.2	1.074	-	1.074	-
Reserva de capital	23.5	112.638	112.638	112.638	112.638
Reserva de lucros	23.4	22.124	52.728	22.124	52.728
Total do patrimônio líquido		207.280	235.914	207.280	235.914
Participação de não controladores	-	-	-	53.490	57.409
Total do patrimônio líquido		207.280	235.914	260.770	293.323
Total do passivo e patrimônio líquido		223.816	253.254	370.883	374.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	-	-	153.588	99.591
Custo das vendas de energia e serviços prestados	25	-	-	(101.140)	(61.193)
Lucro bruto		-	-	52.448	38.398
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	26	(20.881)	(21.179)	(31.696)	(30.339)
Despesas tributárias	28	(213)	(167)	(452)	(470)
Resultado de equivalência patrimonial	11	25.096	12.674	5.929	(3.066)
Outras receitas e (despesas)	27	17.085	15.787	(467)	5.932
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		21.087	7.115	25.762	10.455
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	1.962	1.462	7.227	5.499
Despesas financeiras	29	(1.559)	(1.561)	(2.059)	(3.206)
Resultado financeiro líquido		403	(99)	5.168	2.293
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.490	7.016	30.930	12.748
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	-	-	(4.540)	(5.002)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	-	-	2.292	4.342
Lucro líquido do exercício		21.490	7.016	28.682	12.088
Lucro líquido atribuído aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	21.490	7.016
Acionistas não controladores	-	-	-	7.192	5.072

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	21.490	7.016	28.682	12.088
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	21.490	7.016	28.682	12.088

Lucro líquido atribuído aos:

Acionistas controladores	-	-	21.490	7.016
Acionistas não controladores	-	-	7.192	5.072

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		69.694	-	112.638	48.712	231.044	59.707	290.751
Aumento de capital	23.1	854	-	-	-	854	-	854
Distribuição de dividendos	23.3 e 23.4	-	-	-	(3.000)	(3.000)	(7.370)	(10.370)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.016	7.016	5.072	12.088
Saldos em 31 de dezembro de 2024		70.548	-	112.638	52.728	235.914	57.409	293.323
Aumento de capital	23.1	896	-	-	-	896	300	1.196
Redução de capital	23.3	-	-	-	-	-	(3.266)	(3.266)
Constituição de reserva legal	23.2	-	1.074	-	(1.074)	-	-	-
Distribuição de dividendos	23.3 e 23.4	-	-	-	(51.020)	(51.020)	(8.634)	(59.654)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.490	21.490	7.192	28.682
Resultado com distribuição desproporcional de dividendos	23.3	-	-	-	-	-	489	489
Saldos em 31 de dezembro de 2025		71.444	1.074	112.638	22.124	207.280	53.490	260.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.490	7.016	30.930	12.748
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	12	484	485	17.018	15.940
Amortização do direito de uso	14	432	477	432	477
Amortização	13	433	426	1.234	876
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	396	1.029
Resultado com equivalência patrimonial	11	(25.096)	(12.674)	(5.929)	(3.066)
Amortização mais valia	11	-	-	4.479	5.425
Resultado com distribuição desproporcional	11	4.167	4.826	(99)	198
Variação de outras despesas	23.3	-	-	489	-
Resultado na venda de imobilizado	12	-	-	-	(6.153)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	555	-	1.085	1.203
Juros sobre arrendamento	14	129	64	129	64
Provisão para riscos	20	-	-	464	328
Atualização monetária sobre contingências	20	-	-	48	-
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	5	-	-	137	(253)
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber	5	-	-	2.684	3.179
Adiantamentos concedidos	6	62	(51)	3.068	(2.586)
Impostos a recuperar	7	(80)	(25)	(2.177)	(172)
Depósitos judiciais	-	-	-	(719)	(152)
Dividendos recebidos	8 e 11	18.587	2.225	3.428	2.443
Outros ativos	9	25	(76)	662	381
Partes relacionadas	10	2.243	(230)	4.026	(3.030)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores	15	46	5	(5.290)	4.379
Obrigações tributárias	17	9	3	(90)	2.677
Obrigações sociais	18	(31)	243	343	245
Adiantamentos de clientes	-	-	-	36	1
Impostos pagos	30	-	-	(4.540)	(5.002)
Juros pago sobre, empréstimos e financiamentos	16	-	-	(298)	(1.443)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.455	2.714	51.946	29.736
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Acrécimo do imobilizado	12	(9)	(195)	(17.158)	(14.445)
Acrécimo do intangível	13	(505)	(580)	(2.985)	(589)
Venda de imobilizado	12 e 27	-	-	-	10.311
Partes relacionadas	10	(396)	(457)	(426)	-
Outros ajustes de investimento	11	-	395	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(910)	(837)	(20.569)	(4.723)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas	10	(244)	-	(3.013)	-
Aumento de capital	23.1	896	854	1.196	854
Redução de capital	23.3	-	-	(3.264)	-
Amortização de parcelamentos fiscais	-	-	-	-	(157)
Amortização de empréstimos e financiamentos	16	-	-	(5.555)	(9.016)
Pagamento de arrendamento	14	(579)	(580)	(579)	(580)
Dividendos distribuídos	23.4	(11.800)	(3.000)	(14.954)	(10.820)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(11.727)	(2.726)	(26.171)	(19.719)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		10.818	(849)	5.206	5.294
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	6.679	7.528	39.641	34.347
No final do exercício	4	17.497	6.679	44.847	39.641
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		10.818	(849)	5.206	5.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A NEC Energia e Participações S.A., [“Companhia” ou “Controladora”, e em conjunto com sua controlada, “Grupo”], constituída em 18 de agosto de 2020, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social a participação em outras sociedades, seja como quotista ou acionista.

Em julho de 2021, a Companhia tornou-se controladora integral da NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Controlada” ou “NEC Operações”) e passou, a partir de 1º de julho de 2021 a apresentar os saldos consolidados.

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda. é uma sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades na condição de acionista, sócia ou quotista em caráter permanente ou temporário, investindo, predominantemente em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, notadamente de origem hídrica, operação e manutenção remota de usinas hidrelétricas; consultoria e assessoria de negócios relacionados à energia elétrica; comercialização de energia elétrica.

Em 18 de agosto de 2022, a CEI Energética Integrada Ltda. passou a deter 2% de participação da NEC Operações mediante integralização de novas quotas no quadro societário da Empresa. A CEI Energética, fundada em novembro de 2004, é uma sociedade e possui participação em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, de origem hídrica e solar, consultoria e assessoria de negócios relacionadas a energia elétrica e comercialização de energia elétrica.

A seguir, apresentamos os percentuais de participação nas controladas diretas e indiretas e em controladas em conjunto:

		Participação %	
		31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas	NEC Operações e Part. em Energia Ltda. (i)	98,05%	98,05%
Controladas indiretas	BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	100,00%	100,00%
	Brito Energética Ltda.	100,00%	100,00%
	Energia Limpa Participações Ltda.	70,00%	70,00%
	Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	51,00%	51,00%
	Areal Energias Renováveis Ltda.	100,00%	100,00%
	Itacolomi Participações S.A.	73,91%	73,91%
	Polaris Participações Ltda.	100,00%	100,00%
	Sul de Minas Participações em Energia S.A. (ii) (iii)	61,70%	100,00%
	NEC Geração Energias Renováveis Ltda.	100,00%	100,00%
	GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. (ii)	100,00%	57,00%
	Vila Real Energia S.A.	67,50%	67,50%
	Maynart Energética Ltda.	0,01%	0,01%
	Arenal Participações S.A.	100,00%	100,00%
Controlada em conjunto	Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	51,00%
Operação em conjunto	Consórcio UFV Araguari	99,00%	0,00%
	Consórcio UFV Araxá	99,00%	0,00%
	Consórcio UFV Nova Ponte	99,00%	0,00%
	Consórcio BRC	99,00%	0,00%

(i) O percentual de participação da NEC Energia na NEC Operações e Participações em Energia Ltda. permaneceu inalterado, apesar da entrada de novos sócios, uma vez que a admissão da Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V. e da CEI Participações em Projetos de Energia Ltda., aprovada em 30 de dezembro de 2025, ocorreu por meio de subscrição de capital no montante de R\$ 20 a ser integralizado em até 60 dias, sem alteração na participação societária previamente detida pela NEC Energia, conforme deliberação societária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Em 2024, a NEC Operações e Participações em Energia Ltda. detinham 57% de participação direta no capital social da GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A., condição mantida até 27 de abril de 2025.

Em 28 de abril de 2025, a Sul de Minas Participações em Energia S.A., controlada da NEC Operações, incorporou as ações de emissão da GESM, passando está a ser controlada indireta do Grupo.

(iii) Em abril de 2025, houve uma reorganização societária onde a NEC Operações cedeu integralmente sua participação na GESM para a Sul de Minas, resultando na transferência indireta da participação dos sócios minoritários, que anteriormente detinham participação na GESM, para a Sul de Minas. Adicionalmente em julho de 2025, em decorrência do mesmo movimento, houve o cancelamento de ações de um dos sócios, as quais foram adquiridas pela Sul de Minas.

O Grupo faz a gestão de 19 usinas situadas no Estado de Minas Gerais e no Estado do Mato Grosso do Sul com capacidade de geração de 76,88 MW.

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“NEC Operações”)

A NEC Operações, constituída em 12 de março de 2021, é uma sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG e tem como objetivo social a participação no capital de outras empresas na condição de acionista, sócia ou quotista em caráter permanente ou temporário, como Controladora.

A Empresa é controlada pela NEC Energia e Participações S.A., e é controladora de um Grupo econômico formado por empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, notadamente de origem hídrica, operação e manutenção remota de usinas hidrelétricas; consultoria e assessoria de negócios relacionados à energia elétrica; comercialização de energia elétrica.

Em 15 de fevereiro de 2023, a CEI Energética Integrada Ltda. passou a deter 1,95% de participação da Empresa mediante integralização de novas quotas no quadro societário da Empresa (em 2022 ela tinha 2% de participação). A CEI Energética, fundada em novembro de 2004, possui participação em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, de origem hídrica e solar, consultoria e assessoria de negócios relacionadas a energia elétrica e comercialização de energia elétrica.

Segue resumo informativo das controladas da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.:

Areal Energias Renováveis Ltda. (“Areal”)

A Areal, é uma sociedade limitada cuja sede está localizada no município de Santa Rita de Jacutinga – MG e tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica, e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Empresa, constituída em 12 de abril de 2021, celebrou em 11 de junho de 2021 o Contrato de Compra e Venda de Ativos de Geração de Energia e Outras Avenças com a Iguazu Minas Energética Ltda., com o propósito de adquirir os ativos vinculados à Usina Areal (PCH Areal) e, em dezembro de 2021, concluiu a transação, passando a ser a titular dos direitos e obrigações provenientes da Resolução autorizativa nº 336 de 17 de outubro de 2005, bem como dos ativos vinculados à PCH Areal. A PCH Areal conta com a Capacidade Instalada de 5,15MW e Garantia Física (MW médios) de 3,72MW.

Arenal Participações S.A. (“Arenal”) – Investida da Polaris Participações Ltda.

A Arenal, sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 07 de junho de 2018, com sede no município de Belo Horizonte – MG tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Arenal, a partir de 06 de setembro de 2018, passou a ser detentora de 51% das quotas da Costa Rica Energética Ltda. (“Costa Rica”), mediante a cessão de quotas da sócia EDP Energias do Brasil S.A. e por meio de acordo de quotistas, o controle é compartilhado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Arenal aprovou a adesão da PCH Costa Rica, detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH Costa Rica, o prazo de extensão foi de 1.152 dias. A Costa Rica reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 11.344, em 15 de março de 2022, no valor de R\$ 9.850. Destaca-se que se trata de registro contábil cujos efeitos financeiros passarão a existir a partir do final da outorga vigente em 05 de novembro de 2031.

BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda. (“BEI”)

A BEI, sociedade limitada, constituída em 10 de janeiro de 2013, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social:

- Operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de engenharia;
- Consultoria na área de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de automação de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de hidrometria;
- Prestação de serviços de telemetria;
- Prestação de serviços de limpeza e vigilância de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de telecomunicações;
- Promoção de treinamentos, cursos e palestras, presenciais ou à distância.

Seus pilares são sustentados por processos definidos, inovação tecnológica e qualificação da equipe, tendo como foco o resultado, soluções aliadas à redução de custos e ampliação da confiabilidade das operações de seus clientes. Tem seu modelo baseado em uma estrutura própria elaborada a partir do conhecimento das melhores práticas do mercado e, atualmente, se tornou referência em operação remota de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Brito Energética Ltda. (“Brito”)

A Brito, sociedade limitada cuja sede está localizada em Ponte Nova – MG, foi constituída em 21 de maio de 2014 e tem como objetivo: **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica; e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Brito comercializa energia por meio das Usinas de Brito e Ituerê, classificadas como CGH, com capacidades instaladas de 2,9 MW e 4,04 MW respectivamente, com o direito vitalício a exploração.

Consórcio BRC (“Consórcio BRC”)

O Consórcio foi constituído com a finalidade de viabilizar o registro da energia elétrica gerada após a entrada em operação comercial dos empreendimentos a ele vinculados, até que a área comercial concluisse a formalização da comercialização dessa energia no mercado.

A comercialização da energia elétrica gerada no âmbito do Consórcio BRC é realizada exclusivamente pela empresa operacional Maynard, a qual é responsável pela gestão comercial, contratação, faturamento junto aos clientes e pelo reconhecimento integral das respectivas receitas, custos e resultados associados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A constituição do Consórcio BRC possui caráter meramente instrumental e operacional, não lhe conferindo qualificação societária nem contábil, nos termos das normas contábeis vigentes. Assim, o consórcio não possui patrimônio próprio, não elabora demonstrações contábeis individuais e não gera impactos diretos nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo todo o resultado econômico-financeiro reconhecido nas demonstrações contábeis da Maynart, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Consórcio UFV Araguari (“Consórcio Araguari”)

O Consórcio UFV Araguari foi constituído em 22 de setembro de 2025, entre os Consorciados NEC Energia e Participações S.A. e NEC Geração de Energias Renováveis Ltda., com prazo de vigência indeterminado. O Consórcio tem por finalidade específica de viabilizar o registro da energia elétrica gerada pelos respectivos empreendimentos após a entrada em operação comercial, até que a área comercial concluisse a formalização da comercialização dessa energia no mercado.

No modelo de geração compartilhada, a energia elétrica produzida pela UFV é injetada na rede da distribuidora, sendo os créditos de energia decorrentes da geração excedente compensados nas unidades consumidoras dos Consorciados, conforme as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.300/2022 e pela Resolução ANEEL nº 1.000/2021.

O objeto do Consórcio compreende: **(i)** a celebração de contratos de locação da UFV e do imóvel, estruturando a geração compartilhada de energia elétrica na modalidade de minigeração distribuída, com a compensação dos créditos de energia excedentes perante a distribuidora, em benefício dos Consorciados; **(ii)** a celebração de outros instrumentos contratuais necessários à implementação das estruturas de compensação de créditos de energia no âmbito da micro e minigeração distribuída, conforme a Lei Federal nº 14.300/2022 e a Resolução ANEEL nº 1.000/2021; e **(iii)** a divisão, entre os Consorciados, dos custos, despesas, receitas e demais obrigações decorrentes da locação e dos contratos vinculados à estrutura de geração distribuída.

O Consórcio UFV Araguari encontra-se em fase pré-operacional e não auferiu receitas operacionais desde a sua constituição. As atividades desenvolvidas até o momento concentram-se em estudos, planejamento e estruturação do empreendimento, sendo o seu controlador responsável pelo financiamento das atividades necessárias à manutenção de suas operações.

A comercialização da energia elétrica gerada no âmbito dos referidos consórcios é realizada exclusivamente pela empresa operacional Aton, responsável pela gestão comercial, contratação, faturamento junto aos clientes e pelo reconhecimento das respectivas receitas, custos e resultados associados.

A constituição desses consórcios possui caráter meramente instrumental e operacional, não lhes conferindo qualificação societária nem contábil, nos termos das normas contábeis vigentes. Dessa forma, os consórcios não detêm patrimônio próprio, não elaboram demonstrações contábeis individuais e não geram impactos diretos nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo todo o resultado econômico-financeiro reconhecido integralmente nas demonstrações contábeis da Aton, de acordo com a substância econômica das operações.

Consórcio UFV Araxá (“Consórcio Araxá”)

O Consórcio UFV Araxá foi constituído em 22 de setembro de 2025, entre os Consorciados NEC Energia e Participações S.A. e NEC Geração de Energias Renováveis Ltda., com prazo de vigência indeterminado. O Consórcio tem por finalidade específica de viabilizar o registro da energia elétrica gerada pelos respectivos empreendimentos após a entrada em operação comercial, até que a área comercial concluisse a formalização da comercialização dessa energia no mercado.

No modelo de geração compartilhada, a energia elétrica produzida pela UFV é injetada na rede da distribuidora, sendo os créditos de energia decorrentes da geração excedente compensados nas unidades consumidoras dos Consorciados, conforme as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.300/2022 e pela Resolução ANEEL nº 1.000/2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objeto do Consórcio compreende: **(i)** a celebração de contratos de locação da UFV e do imóvel, estruturando a geração compartilhada de energia elétrica na modalidade de minigeração distribuída, com a compensação dos créditos de energia excedentes perante a distribuidora, em benefício dos Consorciados; **(ii)** a celebração de outros instrumentos contratuais necessários à implementação das estruturas de compensação de créditos de energia no âmbito da micro e minigeração distribuída, conforme a Lei Federal nº 14.300/2022 e a Resolução ANEEL nº 1.000/2021; e **(iii)** a divisão, entre os Consorciados, dos custos, despesas, receitas e demais obrigações decorrentes da locação e dos contratos vinculados à estrutura de geração distribuída.

O Consórcio UFV Araxá encontra-se em fase pré-operacional e não auferiu receitas operacionais desde a sua constituição. As atividades desenvolvidas até o momento concentram-se em estudos, planejamento e estruturação do empreendimento, sendo o seu controlador responsável pelo financiamento das atividades necessárias à manutenção de suas operações.

A comercialização da energia elétrica gerada no âmbito dos referidos consórcios é realizada exclusivamente pela empresa operacional Aton, responsável pela gestão comercial, contratação, faturamento junto aos clientes e pelo reconhecimento das respectivas receitas, custos e resultados associados.

A constituição desses consórcios possui caráter meramente instrumental e operacional, não lhes conferindo qualificação societária nem contábil, nos termos das normas contábeis vigentes. Dessa forma, os consórcios não detêm patrimônio próprio, não elaboram demonstrações contábeis individuais e não geram impactos diretos nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo todo o resultado econômico-financeiro reconhecido integralmente nas demonstrações contábeis da Aton, de acordo com a substância econômica das operações.

Consórcio UFV Nova Ponte (“Consórcio Nova Ponte”)

O Consórcio UFV Nova Ponte foi constituído em 22 de setembro de 2025, entre os Consorciados NEC Energia e Participações S.A. e NEC Geração de Energias Renováveis Ltda., com prazo de vigência indeterminado.

O Consórcio tem por finalidade específica de viabilizar o registro da energia elétrica gerada pelos respectivos empreendimentos após a entrada em operação comercial, até que a área comercial concluisse a formalização da comercialização dessa energia no mercado.

No modelo de geração compartilhada, a energia elétrica produzida pela UFV é injetada na rede da distribuidora, sendo os créditos de energia decorrentes da geração excedente compensados nas unidades consumidoras dos Consorciados, conforme as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.300/2022 e pela Resolução ANEEL nº 1.000/2021.

O objeto do Consórcio compreende: **(i)** a celebração de contratos de locação da UFV e do imóvel, estruturando a geração compartilhada de energia elétrica na modalidade de minigeração distribuída, com a compensação dos créditos de energia excedentes perante a distribuidora, em benefício dos Consorciados; **(ii)** a celebração de outros instrumentos contratuais necessários à implementação das estruturas de compensação de créditos de energia no âmbito da micro e minigeração distribuída, conforme a Lei Federal nº 14.300/2022 e a Resolução ANEEL nº 1.000/2021; e **(iii)** a divisão, entre os Consorciados, dos custos, despesas, receitas e demais obrigações decorrentes da locação e dos contratos vinculados à estrutura de geração distribuída.

O Consórcio UFV Nova Ponte encontra-se em fase pré-operacional e não auferiu receitas operacionais desde a sua constituição. As atividades desenvolvidas até o momento concentram-se em estudos, planejamento e estruturação do empreendimento, sendo o seu controlador responsável pelo financiamento das atividades necessárias à manutenção de suas operações.

A comercialização da energia elétrica gerada no âmbito dos referidos consórcios é realizada exclusivamente pela empresa operacional Aton, responsável pela gestão comercial, contratação, faturamento junto aos clientes e pelo reconhecimento das respectivas receitas, custos e resultados associados.

A constituição desses consórcios possui caráter meramente instrumental e operacional, não lhes conferindo qualificação societária nem contábil, nos termos das normas contábeis vigentes. Dessa forma, os consórcios não detêm patrimônio próprio, não elaboram demonstrações contábeis individuais e não geram impactos diretos nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo todo o resultado econômico-financeiro reconhecido integralmente nas demonstrações contábeis da Aton, de acordo com a substância econômica das operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Energia Limpa Participações Ltda. (“Energia Limpa”)

A Energia Limpa, sociedade limitada cuja sede está localizada em Rio Casca – MG tem como objetivo:

(i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica; e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Energia Limpa iniciou sua operação em abril de 2012, por meio da Usina de Ponte Queimada I.

Em junho de 2012, teve início a operação da segunda usina da Empresa, Usina de Ponte Queimada II.

Em 2016, a Energia Limpa iniciou um projeto de ampliação da capacidade instalada que consistiu na construção de uma nova usina, denominada Nova Ponte Queimada II, substituindo a usina Ponte Queimada II que tinha capacidade instalada de 0,76 MW. A nova usina começou a gerar energia em 15 de janeiro de 2019 e tem capacidade instalada de 3 MW, com direito vitalício de concepção. Em janeiro de 2020, a usina Ponte Queimada I teve sua operação descontinuada.

GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“GESM”)

A GESM, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de julho de 2012 e tem como objetivo:

(i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica; e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A GESM gera energia elétrica vendida no mercado livre por meio das hidrelétricas PCH Congonhal I e PCH Paes Leme, com capacidade instalada de 1,82MW e 1,92MW, respectivamente que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 11 anos da autorização vigente.

As CGH Congonhal I 0,428MW, CGH Pirambeira 0,53MW, CGH Henrique Portugal 0,8MW, e CGH Ribeirão, 0,18MW, possuem registro junto à ANEEL com prazo vitalício.

Em abril de 2025, a Sul de Minas passou a ser detentora de 100% das ações da GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. mediante incorporação das ações da sócia majoritária NEC Operações e Participações em Energia Ltda. e dos minoritários.

Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”)

A Itacolomi, sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das quotas da Vila Real Energia S.A., que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da empresa de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda., a qual, conforme se descreverá a seguir, é a empresa que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 02 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard, mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Maynard Energética Ltda. (“Maynard”) – Investida da Vila Real Energia S.A.

A Maynard Energética Ltda. (“Maynard” ou “Empresa”), com sede no município de Ouro Preto – MG, tem como objeto social a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte; participação em outras Empresas como sócia ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Maynart Energética comercializa energia elétrica predominantemente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica celebrados com consumidores livres, comercializadores e demais agentes do setor elétrico. Adicionalmente, a Companhia possui empreendimento enquadrado na modalidade Geração Distribuída (GD), destinado à compensação de energia elétrica conforme a regulamentação aplicável.

A Companhia possui sete usinas hidrelétricas em operação, sendo duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH).

As PCH Fumaça, com potência instalada de 10 MW, e PCH Furquim, com potência instalada de 6 MW, operam sob o regime de autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de 30 (trinta) anos, passível de renovação ao final do período.

As CGH Caboclo (4,42 MW), CGH Funil (4,23 MW), CGH Prazeres (3,76 MW) e CGH Salto (4,51 MW) operam sob o regime de registro junto à ANEEL, o qual confere direito vitalício à exploração da geração de energia elétrica, não estando sujeitas a prazo de concessão ou autorização, nos termos da regulamentação setorial vigente.

A CGH BRC, com potência instalada de 1,5 MW, difere das demais CGHs do portfólio, pois está enquadrada na modalidade de Geração Distribuída (GD), sendo a energia gerada destinada à compensação de energia elétrica junto a unidades consumidoras, conforme a legislação aplicável ao sistema de compensação de energia elétrica.

Em relação aos prazos regulatórios, as PCH Fumaça e Furquim possuem aproximadamente 9 (nove) anos remanescentes de vigência das autorizações atuais, enquanto as CGHs operam sob regime de registro com direito vitalício de exploração, condicionado ao cumprimento das normas regulatórias e ambientais aplicáveis.

Entrada em Operação – CGH BRC (Fonte Hídrica | Geração Distribuída).

Em agosto de 2025, a CGH BRC, empreendimento de geração de energia elétrica de fonte hídrica, classificado como Geração Distribuída (GD) e com potência instalada de 1,5 MW, entrou em operação após a conclusão das etapas de implantação, comissionamento, testes e validações técnicas necessárias à sua plena funcionalidade e conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis.

Desde a sua entrada em operação, o empreendimento encontra-se disponível para uso e destinado à locação para terceiros, tendo sido iniciada a exploração econômica por meio de contratos de locação a partir de dezembro de 2025, mantendo-se classificado no ativo imobilizado em operação. A partir da data em que se tornou disponível para uso, o ativo passou a ser submetido aos critérios de mensuração subsequente e depreciação, conforme as práticas contábeis adotadas.

NEC Geração de Energias Renováveis Ltda. – (“Nec Geração”), anteriormente denominada NEC Holding Comercialização de Energia e Participações Ltda.

A NEC Geração constituída em 08 de março de 2024, está localizada em São Paulo - SP e conta com uma Filial localizada em Belo Horizonte – MG tendo como objetivo social **(i)** a comercialização de energia elétrica por meio de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assim como pela participação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), bem como em qualquer entidade ou órgão governamental relacionado à comercialização de energia elétrica; e **(ii)** a participação em outras empresas, seja como quotista ou acionista.

A Empresa, em 2024, passou a ser detentora de 49% das quotas da Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024, a Controladora NEC Operações e Participações em Energia Ltda. aprovou a alteração da razão social da empresa de NEC Holding Comercialização de Energia e Participações Ltda. para NEC Geração Energias Renováveis Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 2025, com atividade principal de comercialização de energia elétrica adquirida das empresas geradoras pertencentes ao mesmo grupo societário e sua posterior venda no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. (“Pacífico Mascarenhas”)

A Pacífico Mascarenhas, sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG tem como objetivo realizar atividades de geração de energia elétrica.

A filial da Pacífico Mascarenhas foi constituída em 27 de julho de 2017 para comercializar energia por meio da Usina de Pacífico Mascarenhas, classificada como CGH (localizada na Serra do Cipó). A usina passou por um processo de modernização e repotenciação ao longo dos anos de 2021 e 2022 ampliando sua capacidade de 2,9 MW para 5,0 MW, com direito vitalício a exploração.

Polaris Participações Ltda. (“Polaris”)

A Polaris tem por objeto social a participação em outras empresas, seja como quotista ou acionista e possui investimentos nas empresas Arenal e Itacolomi, empresas controladas pela NEC Operações.

Em março de 2022, a NEC Operações, celebrou contrato de compra das quotas dos Srs. Ricardo Valadares Gontijo e Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, detentores de 100% do capital social da Polaris, e passou a controlar a Empresa.

Uma vez que:

- A Polaris é uma holding pura com o objetivo de carregar investimentos em Arenal e Itacolomi;
- Através de Acordo de Acionistas, o Grupo já controlava as empresas Arenal e Itacolomi;
- O objetivo do Grupo era remover os quotistas/acionistas minoritários nestes investimentos.

A Administração do Grupo avaliou a transação e concluiu não se caracterizar uma combinação de negócios. Desta maneira, esta aquisição foi reconhecida como uma aquisição de participação minoritária, na qual a diferença entre os saldos contábeis dos ativos e a contraprestação efetivamente oferecida foi registrada diretamente no patrimônio líquido.

Sul de Minas Participações em Energia S.A. (“Sul de Minas”)

A Sul de Minas, sociedade anônima fechada, foi constituída em 17 de junho de 2024, cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG, controlada pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda., tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades na condição de acionista, sócia ou cotista em caráter permanente ou temporário.

Em julho de 2025, a Sul de Minas, teve a redução de seu capital social em razão do exercício de direito de retirada de um sócio não controlador, que teve o cancelamento de suas ações e recebeu o reembolso no valor de R\$ 3.266.

Em 2024, a NEC Operações e Participações em Energia Ltda. detinha 57% de participação direta no capital social da GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A., condição mantida até 27 de abril de 2025.

Em 28 de abril de 2025, a NEC Operações cedeu integralmente sua participação acionária na GESM para a Sul de Minas Participações em Energia S.A. Em decorrência dessa operação, os sócios minoritários que anteriormente detinham 43% de participação na GESM passaram a deter participação societária na Sul de Minas. Assim, a GESM passou a ser controlada de forma indireta pela NEC Operações.

Em julho de 2025, houve o cancelamento de ações de um dos sócios não controladores, as quais foram adquiridas pela Sul de Minas pelo montante de R\$ 3.266, o que resultou no aumento da participação da NEC Operações em sua controlada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vila Real Energia S.A. (“Vila Real”) – Investida da Itacolomi Participações S.A.

A Vila Real, sociedade anônima fechada, foi constituída em 22 de abril de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social: **(i)** a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; **(ii)** a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; **(iii)** a participação em outras empresas como quotista ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; **(iv)** a prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; **(v)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Vila Real, em 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Mediante a referida reestruturação societária realizada na controlada Maynard, a Vila Real, passou a ser controladora dos ativos de geração de energia das usinas de Maynard - PCH Fumaça de 10MW e PCH Furquim 6MW que possuem autorização junto à ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 09 anos da autorização vigente. As CGH Caboclo 4,42MW, CGH Funil 4,23MW, CGH Prazeres 3,76MW e CGH Salto 4,51MW possuem registro junto à ANEEL com direito vitalício à exploração.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas foi autorizada por reunião da diretoria, em 25 de fevereiro de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Companhia, estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Principais políticas contábeis materiais**a) Base de consolidação**

A NEC Energia e Participações S.A. inclui, em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permita influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo NEC são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- i)** O valor da contraprestação transferida, mais;
- ii)** O montante reconhecido de qualquer participação não-Controladora na adquirida, mais;
- iii)** Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- iv)** O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

c) Empreendimentos em consórcio (joint operations / joint controlled assets)

O Grupo participa de empreendimentos estruturados sob a forma de consórcios, os quais, de acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11, são classificados como operações em conjunto (joint operations), uma vez que o acordo contratual estabelece que as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados à atividade consorciada, e não direitos sobre o patrimônio líquido de uma entidade separada.

Nesses casos, o Grupo reconhece em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sua participação proporcional nos ativos, passivos, receitas e despesas incorridos pelo consórcio, de acordo com sua participação definida contratualmente.

Os consórcios não possuem personalidade jurídica e não mantêm patrimônio líquido próprio, sendo suas atividades financiadas por meio de aportes das consorciadas, na proporção prevista no contrato. Não há reconhecimento de receita proveniente do consórcio, uma vez que a energia/benefício gerado é destinado diretamente às consorciadas, conforme suas participações.

Os ativos incorporados ao empreendimento (inclusive bens reversíveis), bem como obrigações relacionadas à operação e manutenção, são registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo de forma proporcional, de acordo com a natureza de cada item. Qualquer investimento adicional, descontinuidade, baixa ou substituição de ativos é igualmente reconhecida proporcionalmente.

Eventuais contingências, provisões e compromissos assumidos pelo consórcio são reconhecidos pelo Grupo na medida de sua responsabilidade contratual, enquanto recebimentos ou direitos a indenização (como ressarcimentos regulatórios) também são reconhecidos proporcionalmente.

d) Aquisição de participação de quotistas não controladores

São registrados como transações entre acionistas ("Transações de capital"). Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

e) Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos da Companhia em suas coligadas e controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas coligadas e controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da investida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação são incluídos em despesas financeiras.

i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa, as contas a receber e os recebíveis de partes relacionadas, todos reconhecidos considerando o custo amortizado.

k) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

l) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas por Empresa:

NEC Energia

	Taxa de depreciação
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9,09%
Máquinas e equipamentos	9,72%
Equipamentos de processamentos de dados	10,61%
Móveis e utensílios	9,40%

Areal

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	8,73%
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,68%
Máquinas e equipamentos	12,02%
Equipamentos de informática	15,32%
Equipamentos geradores de energia	5,31%
Móveis e utensílios	6,60%

Bei

	Taxa de depreciação
Equipamento de informática	19,41%
Instalações	4,88%
Máquinas e equipamentos	8,77%
Equipamentos de processamento de dados	8,45%
Móveis e utensílios	4,90%
Software ROP	10,00%
Software em geral	20,00%

Brito

	Taxa de depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,02%
Máquinas e equipamentos	6,20%
Veículos	7,00%
Instalações	7,26%
Móveis e utensílios	16,30%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Energia Limpa

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	2,47%
Estruturas civis - Usinas	3,69%
Instalações	3,52%
Máquinas e equipamentos	1,53%
Equipamentos de informática	19,58%
Equipamentos geradores de energia	2,89%
Móveis e utensílios	5,23%

Maynart

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	4,81%
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,78%
Estruturas civis	4,95%
Máquinas e equipamentos	5,79%
Equipamentos de informática	8,95%
Equipamentos geradores de energia	3,20%
Ferramentas	18,39%
Móveis e utensílios	8,00%
Veículos	5,83%

Pacífico

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	3,33%
Estruturas civis	2,64%
Máquinas e equipamentos	2,63%
Equipamentos de informática	8,79%
Equipamentos geradores de energia	3,78%
Móveis e utensílios	7,21%

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado.

Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Intangível**Custo do intangível**

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Repactuação do risco hidrológico

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynard) e Congonhal I e Paes Leme (GESM) detentoras de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso das PCH's Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.016. No caso das PCH's Congonhal I e Paes Leme, o prazo de extensão foi de 795 e 736 dias respectivamente. A GESM reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 16.467, em 16 de setembro de 2025, no valor total de R\$ 2.436.

o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

q) Imposto de renda e contribuição social

As controladas NEC Operações, Vila Real, BEI, Arenal, NEC Geração e Sul de Minas são optantes pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. As demais investidas e controladas são apuradas pelo lucro presumido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

r) Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- **Imposto de renda da pessoa jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- **Contribuição social sobre o lucro líquido:** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

s) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

t) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- i) identificação do contrato com o cliente;
- ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- iii) determinação do preço da transação;
- iv) alocação do preço da transação; e por fim,
- v) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas do Grupo se dividem em:

- i) Geração de energia:** as receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado;
- ii) Operação remota de usinas:** prestação de serviço pela BEI referente à operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica;
- iii) Receitas financeiras:** as receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. O Grupo está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis

O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado do Grupo nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	23	35	532	725
Aplicações financeiras	17.474	6.644	44.315	38.916
Total	17.497	6.679	44.847	39.641

As aplicações financeiras, em 2025, de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB – DI), com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas, em média, a taxas de mercado de 96,90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,0% do CDI em 2024).

5. Contas a receber de clientes

O saldo do contas a receber, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (i)	1.190	2.248
Clientes não faturados (ii)	5.063	6.689
Total	6.253	8.937
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(231)	(94)
Total	6.022	8.843

(i) A redução em 2025 da rubrica de “Contas a receber de clientes”, é decorrente, principalmente, da antecipação de recebimentos que estavam originalmente previstos para janeiro de 2026 e foram liquidados em dezembro de 2025. Tal movimentação ocorreu na controlada BEI, impactando o saldo dessa rubrica na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(ii) O saldo de “Clientes não faturados”, refere-se substancialmente a venda de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base de dezembro de 2025, porém, faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda de créditos esperadas está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(94)	(347)
Perda constituída (i)	(137)	(55)
Baixas - títulos não liquidados	-	308
Saldo final	(231)	(94)

A Empresa mantém perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, visando refletir de maneira apropriada o risco de não recuperação das contas a receber. A perda é constituída com base no saldo de contas a receber de títulos vencidos acima de 90 dias, e nos critérios de análise de risco de crédito.

O aumento da Perda Esperada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à controlada BEI e decorre, principalmente, de contratos que se encontram com restrições de recebimento e em processo de negociação, o que demandou a reavaliação do risco de crédito e o reforço da perda no período.

A seguir, apresentamos os saldos segregados por faixa de vencimento:

Aging list	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2025	%	31/12/2024	%
A vencer	5.696	91%	8.597	96%
Vencidos até 30 dias	247	4%	190	2%
Vencidos entre 31 e 60 dias	79	1%	56	1%
Vencidos entre 61 e 90 dias	-	0%	-	0%
Vencidos entre 91 e 180 dias	-	0%	-	0%
Vencidos a mais de 180 dias	231	4%	94	1%
Total	6.253	100%	8.937	100%

6. Adiantamentos concedidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores (i)	76	99	298	3.331
Adiantamentos salariais	-	-	2	-
Adiantamento de férias	13	52	87	119
Adiantamentos para viagens	2	2	14	19
Adiantamento 13º salário	-	-	-	-
Total	91	153	401	3.469

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, observou-se uma redução significativa no saldo de adiantamento de fornecedor, em comparação ao exercício anterior, em razão da conclusão das obras da usina de BRC na empresa da Maynard. Com a finalização das etapas contratuais e consequente liquidação dos adiantamentos realizados, os valores foram devidamente registrados no ativo imobilizado, conforme a natureza dos bens e serviços efetivamente incorporados.

7. Impostos a recuperar

Os saldos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRJ e IRRF a compensar (i)	226	104	1.664	871
CSLL a compensar (i)	20	-	714	422
PIS a recuperar	-	-	32	16
Cofins a recuperar	-	-	147	75

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar (ii)	-	-	1.296	103
Outros impostos a recuperar	-	62	92	281
Total	246	166	3.945	1.768

(i) A rubrica Impostos a Recuperar, registrada no ativo circulante, refere-se a antecipações, recolhimentos por estimativa e tributos retidos na fonte, apurados conforme o regime do Lucro Real e compensados na apuração anual do IRPJ e da CSLL, e IRPJ retido sobre aplicações financeiras.

A maior parte da variação no período decorre, principalmente, dos recolhimentos por estimativa realizados pelas empresas NEC Geração e BEI, que resultaram em pagamentos a maior. Em 2025, foram apurados saldos negativos de IRPJ no montante aproximado de R\$ 514 mil e de CSLL de aproximadamente R\$ 269 mil, incluindo valores retidos na fonte não compensados ao longo do exercício, os quais deverão ser utilizados em 2026 por meio de compensações com tributos, conforme a legislação tributária vigente. Adicionalmente, a NEC Energia apresentou saldo de aproximadamente R\$ 103 mil de IRRF retido sobre aplicações financeiras, apurado no comparativo entre os exercícios de 2024 e 2025, igualmente registrado na rubrica de impostos a recuperar.

(ii) O aumento dos créditos de ICMS é decorrente da aquisição de energia elétrica para revenda que se referem às operações realizadas pela NEC Geração Energias Renováveis Ltda., que adquire energia elétrica para comercialização. Parte dessas operações está sujeita à incidência normal do ICMS, não se enquadrando nas hipóteses de isenção, diferimento ou suspensão do referido imposto. Os créditos de ICMS registrados decorrem do princípio da não cumulatividade e são passíveis de compensação com débitos futuros do mesmo imposto, em conformidade com a legislação tributária vigente.

8. Dividendos a receber

Em 29 de dezembro de 2025, os sócios da Energia Limpa Participações Ltda. deliberaram pela distribuição de dividendos, com base no saldo das contas do resultado do exercício e de lucros acumulados nos exercícios anteriores, no valor de R\$ 5.700, de forma proporcional à participação dos sócios no capital social da Sociedade.

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda., detém 70% de participação e, portanto, receberá R\$ 3.290.

Os dividendos declarados deverão ser pagos, em favor dos sócios da Sociedade durante os anos de 2026, 2027 e 2028, observadas a disponibilidade de caixa da Sociedade em tais exercícios sociais, bem como a data limite para pagamento correspondente ao dia 31 de dezembro de 2028, nos termos da Lei nº 15.270/2025.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia Limpa Participações Ltda.	3.290	-
Total	3.290	-

9. Outros ativos

Os saldos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	8	81	365	1.084
Despesas antecipadas	48	-	57	-
Total	56	81	422	1.084

(i) Verifica-se redução na rubrica de “Seguros a apropriar”, uma vez que a renovação das apólices se encontra em fase de negociação para o exercício de 2026, não tendo sido concluída até a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são registradas considerando as condições acordadas entre as partes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante - Operacional				
Energia Limpa Participações Ltda.	-	36	-	36
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	58	-	-	-
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	347	62	-	175
Maynard Energética Ltda.	544	284	-	230
Brito Energética Ltda.	115	98	-	125
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	49	745	-	715
Arenal Participações S.A.	8	1.260	-	1.260
Areal Energias Renováveis Ltda.	79	-	-	-
Piumhi Energias Renováveis Ltda.	-	850	27	850
Aton Energias Renováveis Ltda.	25	-	40	-
Consórcio Capivari	7	6	7	6
CEI Solar Empreendimentos Energéticos Ltda.	-	2	-	6
Tríade Energias Renováveis Ltda.	114	318	134	312
Rio Preto Energias Renováveis Ltda.	44	6	60	673
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	-	29	18	121
UFV Mozart SPE Ltda.	12	-	28	6
CEI Energética Integrada Ltda.	51	-	51	-
Sócios não controladores da Sul de Minas	-	-	124	-
Total ativo circulante	1.453	3.696	489	4.515
Ativo não circulante				
Operacional				
Maynard Energética Ltda.	-	17	-	30
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	-	51	-	51
Mútuo				
CEI Energética Integrada Ltda.	23.679	23.215	27.943	27.436
Total do ativo não circulante	23.679	23.283	27.943	27.517
Total do ativo	25.132	26.979	28.432	32.032
Passivo circulante - Operacional				
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	-	350	-	338
Energia Limpa Participações Ltda.	49	-	-	-
Areal Energias Renováveis Ltda.	-	176	-	184
NEC Desenvolvimento de Projetos em Energia S.A.	172	116	172	116
Aton Energias Renováveis Ltda.	149	-	149	-
Piumhi Energias Renováveis Ltda.	25	-	25	-
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	5	-	5	-
CEI Energética Integrada Ltda.	-	2	-	2.696
Vila Real Energia S.A.	-	-	-	30
Total do passivo circulante	400	644	351	3.364
Passivo não circulante				
Mútuo				
Nebras do Brazil Investments 1 Ltda.	10.908	10.908	10.908	10.908
Total do passivo não circulante	10.908	10.908	10.908	10.908
Total do passivo	11.308	11.552	11.259	14.272

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rateio de Gestão - Resultado (i)				
Maynard Energética Ltda.	6.401	6.403	-	-
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	641	585	-	-
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	6.260	5.869	-	-
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	750	710	-	-
Energia Limpa Participações Ltda.	264	293	-	-
Brito Energética Ltda.	1.192	775	-	-
Areal Energias Renováveis Ltda.	334	208	-	-
Rio Preto Energias Renováveis Ltda.	552	176	552	176
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	300	349	300	349
Companhia Energética Rio Preto	-	576	-	576
Arenal Participações S.A.	808	719	-	-
Piumhi Energias Renováveis Ltda.	133	1.449	133	1.449
Tríade Energias Renováveis Ltda.	1.373	1.352	1.373	1.352
Consórcio Capivari	7	16	7	16
CEI Energética Integrada Ltda.	93	9	93	9
NEC Desenvolvimento de Projetos em Energia S.A.	1.677	1.410	1.677	1.410
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	-	117	-	117
Aton Energias Renováveis Ltda.	528	-	528	-
UFV Mozart SPE Ltda.	640	-	640	-
Total do resultado	21.953	21.016	5.303	5.454

(i) O rateio DGA se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhados do Grupo NEC, centralizado na Controladora e rateado para as suas controladas diretas e indiretas, conforme critérios definidos pela Administração.

11. Investimentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas				
Nec Operações e Participações em Energia Ltda. (i)	175.758	212.636	-	-
Coligadas				
Costa Rica Energética Ltda.	-	-	12.186	12.876
Costa Rica Energética Ltda. - Mais Valia	-	-	40.310	44.789
Total	175.758	212.636	52.496	57.665

(i) Na NEC Energia, o saldo de investimentos reduziu de R\$43.387 sendo de R\$212.636 em 2024 para R\$175.758 em 2025, em decorrência da distribuição de dividendos deliberada por sua investida, NEC Operações e Participações em Energia Ltda., em favor de seus sócios.

Em 31 de dezembro de 2025, os sócios da NEC Operações e Participações em Energia Ltda. aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$40.000, destinados à Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V. e à CEI Participações em Projetos de Energia Ltda. O pagamento desses dividendos deverá ocorrer ao longo dos exercícios de 2026, 2027 e 2028, condicionado à disponibilidade de caixa da Sociedade, observada a data-limite de 31 de dezembro de 2028, conforme deliberação societária.

Adicionalmente, ao longo de 2025 conforme atas registradas, foram deliberados dividendos no valor de R\$3.387 à CEI Participações em Projetos de Energia Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Os quadros adiante apresentam as movimentações dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	207.408
(+/-) Equivalência patrimonial	12.674
(+/-) Resultado de distribuição desproporcional	(4.826)
(-) Dividendos	(2.225)
(+ / -) Outros ajuste de investimento	(395)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	212.636
(+/-) Equivalência patrimonial	25.096
(+/-) Resultado de distribuição desproporcional	(4.167)
(+/-) Resultado desproporcional a distribuir	(39.220)
(-) Dividendos	(18.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	175.758

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.665
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial	3.066
(+/-) Resultado com distribuição desproporcional	(198)
(-) Amortização de mais valia	(5.425)
(-) Dividendos recebidos	(2.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	57.665
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial	5.929
(+/-) Resultado com distribuição desproporcional	99
(-) Amortização de mais valia	(4.479)
(-) Dividendos recebidos	(3.428)
(-) Dividendos a receber	(3.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	52.496

b) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas e coligadas, estão apresentadas a seguir:

31 de dezembro de 2025							
Sociedade	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
NEC Operações e Participações em							
Energia Ltda. (i)	98,05%	226.260	47.006	179.254	25.595	175.758	25.096
Total		226.260	47.006	179.254	25.595	175.758	25.096

31 de dezembro de 2024							
Sociedade	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
NEC Operações e Participações em							
Energia Ltda.	98,05%	221.132	4.267	216.865	12.926	212.636	12.674
Total		221.132	4.267	216.865	12.926	212.636	12.674

(i) O percentual de participação da NEC Energia na NEC Operações e Participações em Energia Ltda. permaneceu inalterado, apesar da entrada de novos sócios, uma vez que a admissão da Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V. e da CEI Participações em Projetos de Energia Ltda., aprovada em 30 de dezembro de 2025, ocorreu por meio de subscrição de capital no montante de R\$ 20 a ser integralizado em até 60 dias, sem alteração na participação societária previamente detida pela Nec Energia, conforme deliberação societária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado consolidado nos exercícios de 2025 e 2024:

	Saldo em 31/12/2024	Baixas (i)	Adições	Transferências (ii)	Saldo em 31/12/2025
Terrenos	41.906	-	52	-	42.958
Terrenos avaliação patrimonial	51	-	-	-	51
Reserv., barragens e adutoras	45.623	-	-	192	45.815
Estruturas civis - Usinas	19.986	-	-	16	20.002
Equipamentos geradores de energia	78.666	-	-	12.116	90.782
Equipamentos de informática	2.135	-	67	184	2.386
Máquinas e equipamentos	74.642	-	241	7.085	81.968
Instalações	6.736	-	-	3	6.739
Móveis e utensílios	1.258	-	32	17	1.307
Veículos	87	-	10	-	97
Edificações/benfeitorias	45.294	-	-	5.163	50.457
Ferramentas	1	-	3	-	4
Concessões e Direitos Minerários - VOC	298	-	-	-	298
Imob. em andamento	16.378	(286)	16.753	(26.042)	6.803
Total do custo	333.061	(286)	17.158	(1.266)	348.667
Reserv., barragens e adutoras	(15.389)	-	(2.104)	-	(17.493)
Estruturas civis - Usinas	(5.117)	-	(1.111)	-	(6.228)
Equipamentos geradores de energia	(25.347)	-	(3.688)	-	(29.035)
Equipamentos de informática	(4.578)	-	(256)	-	(4.834)
Máquinas e equipamentos	(19.034)	-	(6.820)	-	(25.854)
Instalações	(1.204)	-	(385)	-	(1.589)
Móveis e utensílios	(855)	-	(94)	-	(949)
Veículos	(81)	-	(1)	-	(82)
Edificações/benfeitorias	(39.937)	-	(2.559)	-	(42.496)
Ferramentas	-	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(111.542)	-	(17.018)	-	(12.560)
Total do imobilizado líquido	221.519	(286)	139	(1.266)	220.107
	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	46.105	(4.158)	10	(51)	41.906
Terrenos avaliação patrimonial	-	-	-	51	51
Reserv., barragens e adutoras	20.258	-	559	24.806	45.623
Estruturas civis - Usinas	19.827	-	-	159	19.986
Equipamentos geradores de energia	56.822	(2.085)	263	23.666	78.666
Equipamentos de Informática	1.882	-	158	95	2.135
Máquinas e equipamentos	97.077	-	2.108	(24.543)	74.642
Instalações	7.403	-	-	(667)	6.736
Equipamentos eletrônicos	84	-	-	(84)	-
Móveis e utensílios	1.244	-	10	4	1.258
Veículos	89	-	-	(2)	87
Edificações/benfeitorias	63.656	-	-	(18.362)	45.294
Ferramentas	228	-	-	(227)	1
Concessões e direitos minerários - VOC	297	-	-	1	298
Imob. em andamento	11.066	(105)	11.337	(5.920)	16.378
Total do custo	326.038	(6.348)	14.445	(1.074)	333.061
Reserv., barragens e adutoras	(3.666)	-	(1.544)	(10.179)	(15.389)
Estruturas Civis - Usinas	(3.938)	-	(701)	(478)	(5.117)
Equipamentos geradores de energia	(18.924)	987	(2.809)	(4.601)	(25.347)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de Informática	(1.278)	-	(267)	(3.033)	(4.578)
Máquinas e equipamentos	(24.468)	-	(4.517)	9.951	(19.034)
Instalações	(1.145)	-	(274)	215	(1.204)
Equipamentos eletrônicos	(32)	-	(5)	37	-
Móveis e utensílios	(759)	-	(96)	-	(855)
Veículos	(81)	-	(2)	2	(81)
Edificações/benfeitorias	(43.339)	-	(5.700)	9.102	(39.937)
Ferramentas	(33)	-	(25)	58	-
Total da depreciação acumulada	(97.663)	987	(15.940)	1.074	(111.542)
Total do imobilizado líquido	228.375	(5.361)	(1.495)	-	221.519

(i) No exercício, a controladora NEC Energia baixou os valores registrados no seu ativo referentes ao projeto (R\$ 286), relacionados a estudos preliminares de aquisição conduzidos em exercícios anteriores. Os custos incluíam diligência técnica, jurídica, regulatória e financeira, bem como estudos de engenharia e modelagens econômico-financeiras. Após avaliação, os projetos foram considerados economicamente inviáveis, sendo os valores integralmente baixados para resultado, sem expectativa de benefícios econômicos futuros.

O montante de R\$1.266, registrado no consolidado na rubrica de transferências, refere-se a valores anteriormente classificados como imobilizado em andamento, que foram ativados e/ou reclassificados para o ativo intangível nas empresas do Grupo, após atingirem a condição de disponibilidade para uso, em conformidade com a política contábil adotada. Desse total, R\$1.059 referem-se à ativação do projeto BEI ROP na controlada BEI, uma plataforma web voltada ao monitoramento e à gestão de usinas fotovoltaicas com capacidade instalada de até 5 MW, oferecem funcionalidades de monitoramento operacional, gestão de manutenção, otimização de performance e suporte à tomada de decisão. O montante de R\$ 40, referente à empresa controlada Sul de Minas, corresponde à reclassificação contábil de valores anteriormente registrados como imobilizado em andamento para o ativo intangível, relacionados a projeto de usina de geração de energia, não representando a conclusão de um projeto de software, mas apenas a alteração de classificação contábil conforme a política do Grupo. Adicionalmente, R\$90 referem-se à ativação de licenças do software Redefine, anteriormente classificadas como imobilizado em andamento e transferidas para o ativo intangível quando disponibilizadas para uso operacional. O Redefine é utilizado pelo Grupo para suporte a processos operacionais e de engenharia, contribuindo para a gestão técnica dos ativos de geração e melhoria da eficiência operacional.

Os custos foram capitalizados em conformidade com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, por representarem projetos com benefícios econômicos futuros prováveis e mensuração confiável, sendo transferidos para o intangível quando os ativos se tornaram disponíveis para uso.

b) Movimentação do ativo imobilizado da controladora nos exercícios de 2025 e 2024:

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de informática	1.133	-	144	-	1.277
Máquinas e equipamentos	541	-	51	-	592
Edificações/benfeitorias	2.242	-	-	-	2.242
Móveis e utensílios	775	-	-	-	775
Total do custo	4.691	-	195	-	4.886
Equipamentos de informática	(810)	-	(156)	-	(966)
Máquinas e equipamentos	(251)	-	(49)	-	(300)
Edificações/benfeitorias	(866)	-	(204)	-	(1.070)
Móveis e utensílios	(363)	-	(76)	-	(439)
Total da depreciação acumulada	(2.290)	-	(485)	-	(2.775)
Total do imobilizado líquido	2.401	-	(290)	-	2.111

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2024	Baixas	Adições	Transferências(i)	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos de informática	1.277	-	2	123	1.402
Máquinas e equipamentos	592	-	-	-	592
Edificações/benfeitorias	2.242	-	-	-	2.242
Móveis e utensílios	775	-	7	-	782
Total do custo	4.886	-	9	123	5.018
Equipamentos de informática	(966)	-	(149)	-	(1.115)
Máquinas e equipamentos	(300)	-	(58)	-	(358)
Edificações/benfeitorias	(1.070)	-	(204)	-	(1.274)
Móveis e utensílios	(439)	-	(73)	-	(512)
Total da depreciação acumulada	(2.775)	-	(484)	-	(3.259)
Total do imobilizado líquido	2.111	-	(475)	123	1.759

O montante de R\$ 123, registrado no consolidado na rubrica de transferências, refere-se a valores anteriormente classificados como imobilizado em andamento, que foram ativados como equipamento de informática na Nec Energia, após atingirem a condição de disponibilidade para uso.

13. Intangível

a) Movimentação do intangível consolidado nos exercícios de 2025 e 2024:

	Saldo em 31/12/2024	Baixas (ii)	Adições	Transferências (iii)	Saldo em 31/12/2025
Softwares	2.940	-	102	1.185	4.227
Servidões	100	-	-	-	100
Repactuação do Risco Hidrológico (i)	4.016	-	2.436	-	6.452
Projetos em andamento	671	(799)	447	81	400
Total do custo	7.727	(799)	2.985	1.266	11.180
(-) Software	(1.575)	-	(752)	-	(2.327)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	(442)	-	(482)	-	(924)
Total da amortização acumulada	(2.017)	-	(1.234)	-	(3.252)
Total do intangível líquido	5.710	(799)	1.751	1.266	7.928

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Softwares	2.895	-	45	-	2.940
Servidões	100	-	-	-	100
Repactuação do Risco Hidrológico (i)	4.016	-	-	-	4.016
Projetos em andamento	127	-	544	-	671
Total do custo	7.138	-	589	-	7.727
(-) Software	(1.053)	-	(522)	-	(1.575)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	(88)	-	(354)	-	(442)
Total da amortização acumulada	(1.141)	-	(876)	-	(2.017)
Total do intangível líquido	5.997	-	(287)	-	5.710

(i) Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor (GSF)): Nos termos da

Lei nº 13.203/2015, a adesão à repactuação do risco hidrológico conferiu às PCHs do Grupo o direito à extensão do prazo das outorgas de geração, conforme parâmetros definidos pela ANEEL. Em decorrência dessa adesão, as PCHs Furquim e Fumaça usinas da controlada Maynard tornaram-se elegíveis a extensões de 598 dias e 571 dias, correspondentes aos valores de R\$ 1.308 e R\$ 2.708, respectivamente, enquanto as usinas da GESM, PCHs Paes Leme e Congonhal I tornaram-se elegíveis a extensões de 736 dias e 795 dias, correspondentes aos valores de R\$ 1.318 e R\$ 1.118, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após as decisões finais da ANEEL, formalizadas por meio das Resoluções Normativa nº 1.035/2022 e Autorizativa nº 14.896/2023, a Administração reconheceu o benefício econômico futuro decorrente da extensão das outorgas como ativo intangível, classificado como “Direito de Extensão da Concessão”, mensurado ao valor justo, em conformidade com o CPC 04, aplicado por analogia, e com o CPC 23.

Em função disso, foi reconhecido ativo intangível no montante de R\$4.016 no exercício de 2023, referente à Maynard, e de R\$ 2.436 no exercício de 2025, referente à GESM, valores estes definidos e disponibilizados pela ANEEL, os quais resultaram na extensão dos prazos das outorgas respectivamente. A amortização do ativo intangível ocorrerá ao longo do prazo adicional de concessão.

(ii) No exercício, a controladora NEC Energia baixou os valores registrados no seu ativo referentes aos projetos Nova Maurício (R\$ 44), Glória (R\$ 89), UFV Barreiro (R\$ 68), NEC-Nereu (R\$ 17) e NEC-Firefly (R\$ 337), relacionados a estudos preliminares de aquisição conduzidos em exercícios anteriores. Os custos incluíam diligência técnica, jurídica, regulatória e financeira, bem como estudos de engenharia e modelagens econômico-financeiras. Após avaliação, os projetos foram considerados economicamente inviáveis, sendo os valores integralmente baixados para resultado, sem expectativa de benefícios econômicos futuros. Adicionalmente, na controlada Sul de Minas, durante o exercício de 2025, foi realizada a baixa do projeto Parreiral, no montante de R\$ 244.

(iii) O montante de R\$ 1.266, registrado no consolidado na rubrica de transferências, refere-se a valores anteriormente classificados como imobilizado em andamento, que foram ativados e/ou reclassificados para o ativo intangível nas empresas do Grupo, após atingirem a condição de disponibilidade para uso, em conformidade com a política contábil adotada. Desse total, R\$ 1.059 referem-se à ativação do projeto BEI ROP na controlada BEI, uma plataforma web voltada ao monitoramento e à gestão de usinas fotovoltaicas com capacidade instalada de até 5 MW, oferecem funcionalidades de monitoramento operacional, gestão de manutenção, otimização de performance e suporte à tomada de decisão. O montante de R\$ 240, referente à empresa controlada Sul de Minas, corresponde à reclassificação contábil de valores anteriormente registrados como imobilizado em andamento para o ativo intangível, relacionados a projeto de usina de geração de energia, não representando a conclusão de um projeto de software, mas apenas a alteração de classificação contábil conforme a política do Grupo. Adicionalmente, R\$ 90 referem-se à ativação de licenças do software Redefine, anteriormente classificadas como imobilizado em andamento e transferidas para o ativo intangível quando disponibilizadas para uso operacional. O Redefine é utilizado pelo Grupo para suporte a processos operacionais e de engenharia, contribuindo para a gestão técnica dos ativos de geração e melhoria da eficiência operacional.

Os custos foram capitalizados em conformidade com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, por representarem projetos com benefícios econômicos futuros prováveis e mensuração confiável, sendo transferidos para o intangível quando os ativos se tornaram disponíveis para uso.

b) Movimentação do intangível da controladora nos exercícios de 2024 e 2023:

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Softwares	2.307	-	36	-	2.343
Projeto em andamentos	127	-	544	-	671
Total do custo	2.434	-	580	-	3.014
(-) Software	(733)	-	(426)	-	(1.159)
Total da amortização acumulada	(733)	-	(426)	-	(1.159)
Total do intangível líquido	1.701	-	154	-	1.855

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2024	Baixas (ii)	Adições	Transferências (i)	31/12/2025
Softwares	2.343	-	85	36	2.464
Projetos em andamento	671	(555)	420	(159)	377
Total do custo	3.014	(555)	505	(123)	2.841
Softwares	(1.159)	-	(433)	-	(1.592)
Total da amortização acumulada	(1.159)	-	(433)	-	(1.592)
Total do intangível líquido	1.855	(555)	72	(123)	1.249

(i) O montante de R\$ 123, registrado no consolidado na rubrica de transferências, refere-se a valores anteriormente classificados como imobilizado em andamento, que foram ativados como equipamento de informática na NEC Energia, após atingirem a condição de disponibilidade para uso, em conformidade com a política contábil adotada.

(ii) No exercício, a controladora NEC Energia baixou os valores registrados no seu ativo referentes aos projetos Nova Maurício (R\$ 44), Glória (R\$ 89), UFV Barreiro (R\$ 68), NEC-Nereu (R\$ 17) e NEC-Firefly (R\$ 337), relacionados a estudos preliminares de aquisição conduzidos em exercícios anteriores. Os custos incluíam diligência técnica, jurídica, regulatória e financeira, bem como estudos de engenharia e modelagens econômico-financeiras. Após avaliação, os projetos foram considerados economicamente inviáveis, sendo os valores integralmente baixados para resultado, sem expectativa de benefícios econômicos futuros.

14. Direito de uso e passivo de arrendamento

a) Ativo de direito de uso - Imóvel

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso de imóvel (i)	3.560	3.694
(-) Amortização do direito de uso	(1.532)	(1.100)
Total	2.028	2.594

(i) Este item refere-se à locação do imóvel onde está instalada a sede da Companhia, correspondente ao 4º (quarto) andar, composto pelas salas 401, 402 e 403, localizado no Edifício Comercial David Malamud, situado na Avenida Bias Fortes, nº 413, bairro Lourdes, Belo Horizonte – MG.

O contrato de locação foi celebrado em 18 de outubro de 2018, com prazo de vigência de 12 (doze) anos, contado a partir da data de sua assinatura. O valor do aluguel é reajustado anualmente pela variação do IGP-M/FG dos últimos 12 meses ou, na sua ausência, pelo INPC, ou por outro índice oficial que venha a substituí-los, conforme determinação do Governo Federal.

A movimentação do saldo referente ao ativo de direito de uso, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é apresentada da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.071
Amortização	(477)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.594
Adição e remensuração	(134)
Amortização	(432)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.028

b) Passivo de arrendamento

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa média incremental do índice IGP-M da FGV de 7,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (2,50%, em 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a composição dos passivos de arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento a pagar	2.886	3.255
(-) Juros sobre arrendamento	(444)	(229)
Total	2.442	3.026
Circulante	440	488
Não circulante	2.002	2.538

referente ao passivo de arrendamento, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é apresentada da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.542
Pagamento de principal e juros	(580)
Juros incorridos	64
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.026
Pagamento de principal e juros	(579)
Remensuração	(134)
Juros incorridos	129
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.442

Em 30 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura do saldo, por período de liquidação, está conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	488
2026	597	497
2027	597	497
2028	597	497
2029 em diante	1.095	1.221
Total	2.886	3.200
Juros embutidos	(444)	(174)
Passivo de arrendamento	2.442	3.026

15. Fornecedores

O saldo dos fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de serviços e mercadorias (i)	424	378	2.576	6.986
Fornecedor - Não faturados (ii)	-	-	225	1.105
Total	424	378	2.801	8.091

(i) A redução da rubrica de fornecedores decorreu, principalmente, da finalização das obras da usina de BRC na empresa da Maynard no exercício de 2025, o que resultou na diminuição das obrigações relacionadas à aquisição de bens e serviços vinculados ao projeto.

(ii) O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base janeiro de 2026, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

O saldo dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional		
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (i) (ii)	-	5.059
FINAME	1.176	1.711
Total	1.176	6.770
(-) IOF sobre Empréstimos Bancários	-	(137)
Total	1.176	6.633
Circulante	579	5.486
Não circulante	597	1.147

A seguir estão os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos reconhecidos e as movimentações durante os exercícios:

Empresa	Modalidade	Taxa de juros	Vencimento	Moeda	Valor contratado	Valor	
						31/12/2025	31/12/2024
Energia							
Limpa	Finame - Hacker	TJLP + 5,6% a.a.	15/12/2027	R\$	2.805	725	1.060
Energia	Finame -						
Limpa	Automatic	TJLP + 5,6% a.a.	15/01/2028	R\$	1.734	451	651
		CDI (0,93 a.m.) +					
Brito	CCB	3,25% a.a.	06/08/2025	R\$	14.000	-	1.370
		CDI (0,93 a.m.) +					
Arenal	CCB	3% a.a.	08/08/2025	R\$	3.500	-	3.552
Total						1.176	6.633

a) Banco Santander – investida Energia Limpa

Em 2018, a Energia Limpa contratou os Finame´s Hacker e Automatic, ambos juntos ao Banco Santander para construção de máquinas e equipamentos para Nova Ponte Queimada em 102 parcelas a taxa de juros de TJLP + 5,6% a.a. e com garantia de alienação fiduciária dos equipamentos e direitos creditórios.

Os contratos possuem uma cláusula contratual restritiva financeira (“covenant”), que, em caso de descumprimento, podem resultar em vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração realizou a análise dos covenants dos contratos de empréstimos e financiamentos e ficou constatado que os indicadores das cláusulas restritivas foram atingidos sem quaisquer objeções.

b) Banco Itaú – investida Brito

Em 29 de agosto de 2018, a controlada Brito Energética contraiu empréstimo no valor de R\$14.000 (quatorze milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição da usina de Ituerê. O empréstimo foi dividido em 81 parcelas a taxa de juros de CDI + 3,25% a.a.

i) A Brito realizou a liquidação do empréstimo no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

c) Banco Itaú – investida Arenal

Em 2018, a controlada Arenal contraiu empréstimo no valor de R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição de participação societária da usina de Costa Rica. O empréstimo foi dividido em 78 parcelas a taxa de juros de CDI + 4,21% a.a.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato contém cláusula contratual restritiva (“covenants”) que estabelece que a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA deverá ser menor ou igual a 2,5x para 2022 e 2,0 para o período de 2023 até a liquidação do contrato, a ser apurado anualmente. Adicionalmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), deverá ser maior que 1,2 até integral liquidação da dívida assumida junto ao banco, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido, motivo pelo qual, os saldos estão sendo apresentados integralmente no passivo circulante.

O contrato prevê como formas de garantia a Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Fiança em caso de descumprimento.

i) A Arenal realizou a liquidação do empréstimo no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos está apresentada no quadro abaixo:

Descrição	(+) Juros		(-) Juros		Taxas/Despesas		31/12/2025
	31/12/2024	provisionados	Amortização	pagos	IOF	financeiras	
Finame	1.711	195	(527)	(203)	-	-	1.176
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4.922	97	(5.028)	(95)	90	14	-
Total	6.633	292	(5.555)	(298)	90	14	1.176

Descrição	(+) Juros		(-) Juros		IOF	31/12/2024
	31/12/2023	provisionados	Amortização	pagos		
Finame	2.257	229	(540)	(235)	-	1.711
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	13.806	663	(8.476)	(1.208)	137	4.922
Total	16.063	892	(9.016)	(1.443)	137	6.633

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura do saldo de empréstimos e financiamentos está conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	5.486
2026	579	527
2027 em diante	597	620
Total	1.176	6.633

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ (i)	-	-	414	1.074
CSLL (i)	-	-	320	488
PIS	2	1	48	52
Cofins	10	8	226	243
CPRB	-	-	95	136
ICMS (ii)	-	-	866	19
ISS	-	5	27	36
Tributos retidos na fonte	25	14	117	90
Total	37	28	2.113	2.138

(i) Em 2024, a Controlada Maynard concluiu a venda de 433,1377 hectares de terrenos localizados no município de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia – Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal – Gleba 1.

Em decorrência dessa operação, houve o reconhecimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre o ganho na alienação do ativo, com aumento da obrigação tributária registrada no passivo em 2024. No exercício de 2025, observou-se a redução do saldo dessa rubrica, em função da quitação dos referidos tributos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) A controlada Maynart é beneficiária do Regime Especial e-PTA nº 45.000018201-17, o qual prevê, em seu Artigo 2º, a isenção do pagamento do ICMS incidente sobre as saídas internas de energia elétrica produzidas pela empresa.

Nos termos do §1º do Artigo 2º do referido regime, a isenção possui prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de entrada em operação da usina, caracterizada pela emissão da primeira nota fiscal de saída de energia elétrica, ocorrida em 30 de janeiro de 2015.

Em 30 de janeiro de 2025, encerrou o período de composição integral de isenção do ICMS, passando a vigorar a recomposição gradativa da alíquota conforme previsto no §3º do Artigo 2º do regime especial. De acordo com tal dispositivo, a recomposição inicia-se no 11º ano de operação com o percentual equivalente a 16,66% da alíquota integral. Considerando a alíquota interna vigente de 18%, o percentual aplicável a partir de fevereiro de 2025 corresponde a 3%.

Dessa forma, a empresa reconheceu, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2025, a provisão correspondente à recomposição da alíquota do ICMS incidente sobre as receitas de energia elétrica a partir de fevereiro de 2025, incluindo o montante estimado de multa de mora e juros relativos aos valores ainda não recolhidos até a data-base das demonstrações.

18. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	477	514	1.574	1.573
Provisão de férias	912	920	2.627	2.541
FGTS a pagar	78	79	243	234
INSS a pagar	235	230	546	458
IRRF sobre folha de pagamento	283	281	618	602
Encargos sociais sobre férias	327	327	737	327
Outras obrigações sociais	13	5	53	320
Total	2.325	2.356	6.398	6.055

19. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, foi instalada a reunião de sócios da Nec Operações e Participações em Energia Ltda., na qual os sócios deliberaram pela aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000, a serem distribuídos aos dois novos sócios, quais sejam, a Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V. e a CEI Participações em Projetos de Energia Ltda., conforme citado na Nota Explicativa nº 22.1 – Patrimônio Líquido.

Em 29 de dezembro de 2025, os sócios da Energia Limpa Participações Ltda. deliberaram pela distribuição de dividendos, com base no saldo das contas do resultado do exercício e de lucros acumulados nos exercícios anteriores, no valor de R\$ 5.700, de forma proporcional à participação dos sócios no capital social da Sociedade. Desse valor, R\$ 1.000 foram detidos pelos Sócios e foram utilizados para fins da realização de um aumento do capital social da Sociedade, de forma proporcional às participações dos sócios no capital social da Sociedade, ficando um saldo a pagar de R\$ 4.700.

Os dividendos declarados na forma acima deverão ser pagos, em favor dos sócios da Sociedade indicados na documentação arquivada na sede da Sociedade, durante os anos de 2026, 2027 e 2028, observadas a disponibilidade de caixa da Sociedade em tais exercícios sociais, bem como a data limite para pagamento correspondente ao dia 31 de dezembro de 2028.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	44.700	-
Total	44.700	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões para riscos

O Grupo é parte em ações judiciais e processos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível, ambiental e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

Consolidado	Saldo em					Saldo em 31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Atualizações	Reversões	Baixas	
Trabalhistas (i)	233	621	45	(72)	(3)	824
Cíveis	114	-	-	(40)	-	74
Ambientais	46	-	1	(42)	-	5
Processos administrativos	3	-	2	-	-	5
Total	396	621	48	(154)	(3)	908

(i) O aumento dos processos classificados como perda provável na rubrica “Trabalhistas” está relacionado ao ingresso de novas reclamações trabalhistas envolvendo direitos decorrentes da relação de emprego e condições de trabalho, refletindo o andamento normal das demandas trabalhista da Companhia.

Consolidado	Saldo em		Saldo em 31/12/2024
	31/12/2023	Adições	
Trabalhistas	68	165	233
Cíveis	-	114	114
Ambientais	-	46	46
Processos administrativos	-	3	3
Total	68	328	396

Riscos judiciais possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível, trabalhista, ambiental e empresarial envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme demonstrado a seguir:

Possíveis	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (i)	142	53
Empresarial (i)	598	-
Tributários (ii)	536	461
Trabalhistas (iii)	5.123	2.551
Ambientais (iv)	6.270	4.480
Administrativos (v)	7	-
Total	12.678	9.453

(i) Processos relacionados à indenização por danos materiais e morais alegados.

(ii) Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Ouro Preto para cobrança de créditos tributários de ITBI em sua controlada Maynard.

(iii) Processos de natureza trabalhistas, que envolvem, principalmente, pleitos relacionados a verbas trabalhistas e rescisórias, jornada de trabalho, adicionais legais, estabilidade provisória, bem como honorários, juros e correção monetária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Trata-se de discussões na esfera administrativa, referente a auto de infrações, quanto a regularização da Barragem Ribeirão Cachoeira (BRC), CGH Ribeirão e CGH Ituerê, em suas controladas respectivamente Maynard, GESM e Brito e adequações na linha de transmissão de energia elétrica existente, na área de proteção ambiental (APA) no Morro da Pedreira, em sua controlada Pacífico.

(v) Processos relacionadas a recolhimento de ICMS em suas controladas Maynard, Pacífico e Brito. A Companhia adota entendimento formal, devidamente fundamentado em processo administrativo de natureza tributária, quanto à não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, aplicável aos períodos a partir de 1º de setembro de 2020.

A TUSD não se confunde com o fornecimento de energia elétrica, constituindo-se em tarifa pela disponibilização e uso da infraestrutura do sistema de distribuição, cuja responsabilidade pelo destaque e pelo recolhimento de eventuais tributos é atribuída à distribuidora de energia elétrica. Dessa forma, a Companhia efetua o pagamento das faturas emitidas pela distribuidora exclusivamente pelos valores nelas destacados, inexistindo recolhimento de ICMS quando referido tributo não é agregado às faturas relativas à TUSD.

Ressalte-se que, em determinados períodos, a distribuidora CEMIG procedeu, de forma excepcional, ao destaque do ICMS sobre a TUSD em algumas faturas, em desconformidade com o entendimento adotado no processo administrativo mencionado. Nessas situações, a Companhia adota as medidas administrativas cabíveis junto à distribuidora, visando à regularização dos valores faturados, observada a legislação tributária aplicável.

21. Tributos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido	27.971	29.643
CSLL diferido	10.094	10.716
PIS e Cofins diferidos	178	245
ISS	4	-
Total	38.247	40.604

A seguir, apresentamos a movimentação dos saldos:

Movimentação	PIS /				
	CSLL	IRPJ	Cofins	ISS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.258	31.115	327	-	42.700
Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior	(94)	(114)	(346)	-	(554)
Edifício/benfeitorias (realização) (i)	(4.391)	(4.391)	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(395)	(1.098)	-	-	(1.493)
Máquinas e equipamentos (realização) (i)	(895)	(895)	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(81)	(224)	-	-	(305)
Realização avaliação patrimonial	(767)	(767)	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(69)	(192)	-	-	(261)
Imposto diferido sobre receita não faturada	72	85	-	-	157
Receita não faturada	-	-	6.689	-	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	-	-	3,65%	-	-
Tributos diferidos	-	-	244	-	244

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	PIS /				Total
	CSLL	IRPJ	Cofins	ISS	
Receita financeira não resgatada	279	279	-	-	-
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	25	70	-	-	95
Receita financeira não resgatada	-	-	420	-	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre aplicações financeiras não resgatas	-	-	4,65%	-	-
Tributos diferidos	-	-	20	-	20
Ajuste exercício anterior	-	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.716	29.643	244	-	40.604
Ajuste exercício anterior	-	7	(8)	-	(1)
Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior	(72)	(85)	(244)	-	(401)
Edifício/benfeitorias (realização) (i)	(4.053)	(4.053)	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(365)	(1.013)	-	-	(1.378)
Máquinas e equipamentos (realização) (i)	(826)	(826)	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(74)	(207)	-	-	(281)
Realização avaliação patrimonial	(959)	(959)	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(86)	(240)	-	-	(326)
Imposto diferido sobre receita não faturada	55	90	-	-	145
Receita não faturada	-	-	5.063	89	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	-	-	3,65%	5,00%	-
Tributos diferidos	-	-	185	4	189
Receita financeira não resgatada	(894)	(894)	-	-	-
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	-	-
Tributos diferidos	(80)	(224)	-	-	(304)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.094	27.971	178	4	38.247

(i) Em 2015, foi constituída provisão referente a imposto de renda diferido e contribuição social diferida, decorrente de mais valia apurada na operação de combinação de negócio entre a Controlada Vila Real Energia S.A e a Maynard Energética Ltda.

22. Remuneração do pessoal-chave da administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido**23.1. Capital social**

No exercício de 2025 foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 896, mediante a emissão de 20.000 novas ações, das quais 9.980 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 89,00 por ação, e 20 ações consistem em ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, com preço R\$ 394,40, e 10.000 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,001 por ação dotadas das características dispostas no Artigo 4º, §1º, do Estatuto Social da Companhia.

O capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 70.548 passa a ser, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 71.444, dividido em ações em moeda corrente do país e distribuídas entre os acionistas, conforme demonstrado:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	Ações	%	Capital Social	Ações	%	Capital Social
CEI - Participações Em Projetos de Energia Ltda.	416.600	49%	35.263	406.600	49%	34.809
Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.	427.465	51%	36.181	417.465	51%	35.739
Total	844.065	100%	71.444	824.065	100%	70.548

As ações preferenciais Classe A não terão direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias.

As ações preferenciais Classe B1 não terão direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias e ações preferenciais Classe A e conferirá ao seu titular o direito ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo equivalente à variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) com acréscimo de 8,75% ao ano conforme calculado sobre o preço de subscrição de tais ações a ser pago trimestralmente sempre e na medida em que for permitido pela LSA. Considerando as características destas ações, a Companhia apresenta seus efeitos como instrumentos financeiros de dívida, no passivo com partes relacionadas.

As ações preferenciais Classe C não terão direito a voto, mas terão prioridade em relação às ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A, B1 e B2 no recebimento de dividendos fixos e cumulativos apenas nas hipóteses específicas e respeitadas os limites e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas.

Diante o aumento de capital social da Companhia, a acionista CEI Participação, mediante a apresentação do título representativo do Certificado do Bônus de Subscrição nº 01, exerce, com fundamento na Cláusula 3.1 (ii) do Bônus de Subscrição e na Cláusula 4.3.5 (ii) de Acordo de Acionistas da Companhia, os direitos que lhe são conferidos, foram emitidas 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 para todas as ações emitidas.

As ações são segregadas nos tipos Ordinárias e Preferenciais de Classe A, C e B1.

	2025		
	CEI - Participações em Projetos de Energia Ltda.	Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.	Total
Ordinárias	407.465	406.357	813.822
Classe A	-	1.108	1.108
Classe C	9.135	-	9.135
Classe B1	-	20.000	20.000
Total	416.600	427.465	844.065

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024		
	CEI - Participações em Projetos de Energia Ltda.	Nebras Do Brasil Investiments1 Ltda.	Total
Ordinárias	397.465	396.377	793.842
Classe A	-	1.088	1.088
Classe C	9.135	-	9.135
Classe B1	-	20.000	20.000
Total	406.600	417.465	824.065

23.2. Reserva de legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Empresa destina 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, até que o saldo dessa reserva atinja 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa constituiu o montante de R\$ 1.074 para a reserva legal, por meio da destinação do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, nos termos da legislação societária vigente.

23.3. Transações entre acionistas não controladores

Durante o exercício de 2025, ocorreram pagamentos de lucros aos quotistas minoritários das empresas Sul de Minas, Vila Real e Energia Limpa no valor de R\$ 8.633 (R\$ 7.370 em 2024).

No exercício de 2025, a controlada indireta Sul de Minas Participações em Energia S.A., teve a redução de seu capital social em razão do exercício de direito de retirada do seu quadro societário de um sócio não controlador, que teve o cancelamento de suas ações e recebeu o reembolso no valor de R\$ 3.266.

23.4. Reserva de lucro

Durante o exercício de 2025, ocorreram pagamentos de dividendos do lucro de exercício anteriores e parte do resultado do exercício aos acionistas no valor total de R\$ 51.020 (R\$3.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

23.5. Reserva de capital

Em 30 de setembro de 2021, foi registrado o montante de R\$ 100.625, correspondente à transferência da conta de Capital Integralizado para Reserva de Capital, conforme ata.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo foi reduzido em R\$ 4.930, referente a custos de reestruturação organizacional.

No exercício de 2022, a Reserva de Capital foi movimentada por aumentos de capital e reclassificações societárias, incluindo aportes no montante de R\$ 27.851. Adicionalmente, conforme AGE de 14 de março de 2022 registrada na JUCEMG sob nº 9.256.912, houve emissão de 20.000 ações preferenciais PNB1, sendo R\$ 10.908 reclassificados para passivo financeiro, em razão de sua classificação como instrumento financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Reserva de Capital totalizava R\$ 112.638.

24. Receita operacional líquida

O saldo da receita operacional líquida, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta operações de energia (i)	139.898	72.815
Receita bruta em serviços prestados (ii)	29.227	33.504
Receita não faturada (iii)	1.436	1.718
Receita bruta	170.561	108.037
(-) ICMS (iv)	(1.492)	(90)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
(-) PIS / Cofins	(13.445)	(5.712)
(-) ISS	(977)	(1.126)
(-) CPRB (v)	(1.059)	(1.508)
(-) Vendas canceladas	-	(10)
Deduções	(16.973)	(8.446)
Receita operacional líquida	153.588	99.591

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao *Generation Scaling Factor (GSF)*, bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NEC Operações. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

(ii) A Receita Bruta de Serviços Prestados da controlada BEI apresentou redução em 2025 em comparação a 2024, decorrente, principalmente, da desmobilização e do encerramento de contratos ao longo do exercício, bem como de reduções de escopo contratual e da evolução do cronograma físico-financeiro dos projetos.

(iii) O saldo de “Receita não faturada”, refere-se substancialmente a venda de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base de dezembro de 2025, porém, faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

(iv) A controlada Maynard é beneficiária do Regime Especial e-PTA nº 45.000018201-17, o qual prevê, em seu Artigo 2º, a isenção do pagamento do ICMS incidente sobre as saídas internas de energia elétrica produzidas pela empresa. Nos termos do §1º do Artigo 2º do referido regime, a isenção possui prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de entrada em operação da usina, caracterizada pela emissão da primeira nota fiscal de saída de energia elétrica, ocorrida em 30 de janeiro de 2015. Em 30 de janeiro de 2025, encerrou o período de composição integral de isenção do ICMS, passando a vigorar a recomposição gradativa da alíquota conforme previsto no §3º do Artigo 2º do regime especial. De acordo com tal dispositivo, a recomposição inicia-se no 11º ano de operação com o percentual equivalente a 16,66% da alíquota integral. Considerando a alíquota interna vigente de 18%, o percentual aplicável a partir de fevereiro de 2025 corresponde a 3%. Dessa forma, a empresa reconheceu, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2025, a provisão correspondente à recomposição da alíquota do ICMS incidente sobre as receitas de energia elétrica a partir de fevereiro de 2025, incluindo o montante estimado de multa de mora e juros relativos aos valores ainda não recolhidos até a data-base das demonstrações.

(v) A redução do tributo registrado em 2025 decorre, principalmente, da diminuição da incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), em razão da redução da alíquota de 4,5% para 3,6%, bem como do encerramento de alguns contratos de prestação de serviços ao longo do período. Em contrapartida, essas alterações resultaram no incremento da incidência da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), impactando a composição dos encargos previdenciários reconhecidos nas operações da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custo das vendas de energia e serviços prestados

O saldo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica (i)	(53.088)	(11.074)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.735)	(2.301)
Liquidação financeira CCEE (ii)	3.433	(2)
Manutenção das usinas	(371)	(540)
Custo com pessoal e encargos	(26.772)	(25.550)
Custos com serviços de terceiros	(1.712)	(1.598)
Materiais, utilidades e serviços	(9.669)	(9.441)
Serviços de telecomunicação	(420)	(418)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(137)	-
Custo com depreciação e amortização	(12.105)	(10.269)
Direito de extensão de concessão (iv)	2.436	-
Total	(101.140)	(61.193)

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao *Generation Scaling Factor (GSF)*, bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NEC Operações. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

(ii) A liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é o processo pelo qual os valores devidos pelas transações de compra e venda de energia elétrica são efetivamente pagos ou recebidos entre os agentes do setor elétrico, como geradores, distribuidores e consumidores. Esse processo envolve a compensação das diferenças entre as quantidades de energia contratadas e as efetivamente consumidas ou geradas, de acordo com as regras do mercado.

(iii) O registro decorreu da adesão das PCHs Paes Leme e Congonhal I à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015, conforme regulamentação da ANEEL, a qual resultou na extensão do prazo das respectivas outorgas de geração de energia elétrica. Em função dessa concessão, e após decisão final da ANEEL, a Administração reconheceu ativo intangível referente ao direito de extensão da concessão, mensurado com base nos parâmetros definidos pela ANEEL, no montante de R\$ 2.436 qual será amortizado ao longo do prazo adicional da outorga.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas administrativas, comerciais e gerais

O saldo das despesas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(15.013)	(14.017)	(15.515)	(15.782)
Créditos previdenciários (i)	712	478	2.731	960
Despesa com materiais, utilidades e serviços	(3.078)	(3.290)	(3.732)	(4.368)
Serviços de terceiros	(1.948)	(2.431)	(3.443)	(4.342)
Viagens e estadias	(154)	(460)	(194)	(588)
Aluguel de veículos	(51)	(89)	(51)	(96)
Contingências	-	-	(467)	(100)
Depreciação e amortização	(1.349)	(1.370)	(6.546)	(1.598)
Amortização de mais valia	-	-	(4.479)	(4.425)
Total	(20.881)	(21.179)	(31.696)	(30.339)

(i) Em 2025 e 2024, foram realizados procedimentos de planejamento tributário nas empresas do grupo, que resultaram na identificação de créditos previdenciários referentes a exercícios anteriores, os quais foram utilizados para compensação de tributos no final de 2024 e ao longo do exercício de 2025.

27. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imobilizado (i)	-	-	-	10.311
Baixa de imobilizado (i)	(555)	(8)	(1.077)	(4.158)
Serviços com consultoria	-	(395)	-	(462)
Venda de sucatas	-	-	9	-
Recebimento de sinistro	-	-	91	-
Custo líquido de bens baixados	-	-	-	(1.104)
Ganhou ou perda em créditos	-	-	-	737
Acordo Judicial	-	-	(15)	(20)
Distribuição desproporcional	(4.167)	(4.826)	(4.067)	(4.826)
Outras despesas	-	-	(489)	-
Eventos, comemorações e brindes	(146)	-	(203)	-
Impostos pagos a maior	-	-	(17)	-
Doações	-	-	(2)	-
Rateio de despesas administrativas (ii)	21.953	21.016	5.303	5.454
Total	17.085	15.787	(467)	5.932

(i) Em 2024, a controlada indireta Maynard concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

(ii) O rateio DGA se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, centralizado na Controladora e rateado para as suas controladas, conforme critérios definidos pela administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Despesas tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS sobre receitas financeiras	(13)	(10)	(27)	(20)
Cofins sobre receitas financeiras	(78)	(59)	(165)	(120)
Impostos de importação	-	-	-	(1)
Multas indedutíveis	(1)	-	(6)	(13)
Outras taxas e contribuições	(121)	(98)	(254)	(316)
Total	(213)	(167)	(452)	(470)

29. Resultado financeiro líquido

O saldo do resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.407	841	6.138	4.248
Juros recebidos e descontos obtidos	555	621	1.089	1.251
Total	1.962	1.462	7.227	5.499
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (i)	-	-	(289)	(1.443)
Juros sobre mútuo (ii)	(1.423)	(1.493)	(1.423)	(1.493)
Juros sobre arrendamentos	(129)	(64)	(129)	(64)
IOF (i)	(2)	(3)	(108)	(163)
Juros e multa	(3)	(1)	(16)	(43)
Outras despesas financeiras	(2)	-	(94)	-
Total	(1.559)	(1.561)	(2.059)	(3.206)
Resultado Financeiro, líquido	403	(99)	5.168	2.293

(i) A redução, em comparação ao exercício anterior, da rubrica de juros sobre empréstimos e IOF decorre da liquidação integral do empréstimo descrito na Nota Explicativa nº 16, realizada em 21 de fevereiro de 2025 pelas empresas Brito e Arenal. Com a quitação total da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao referido empréstimo foram plenamente cumpridas.

(ii) Os valores registrados como “juros” referem-se aos rendimentos das ações preferenciais, conforme previsto no instrumento societário.

30. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	(3.854)	(3.743)
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	(686)	(1.259)
Total	(4.540)	(5.002)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Impostos sobre a renda – Empresas tributadas pelo lucro real

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (i)	27.859	17.384
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(25.672)	(12.583)
Variação percentual de participação	489	-
Multas de trânsito	4	8
Evento, comemorações, doações e brindes	39	7
Atualização monetária	(448)	(480)
Provisão de contingência	-	81
Provisão para devedores duvidosos	58	-
Amortização Lei do Bem	95	-
Estorno de receita	296	-
Seguros e indenizações	(91)	-
Exclusões temporárias	(545)	-
Demais provisões	228	-
Estorno provisões	(91)	(16)
Outras despesas não operacionais	-	(43)
Receita (despesa) nominal	2.221	4.358
Imposto de renda - 15%	333	654
Imposto de renda - 10%	174	388
(-) PAT	(10)	(24)
Imposto de renda	497	1.018
Contribuição social - 9%	199	392
Estorno ano anterior	(10)	(151)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	686	1.259

(i) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social refere-se apenas as empresas de lucro real com movimento no imposto corrente, BEI NEC Operações em 2025 (NEC Operações, BEI e Vila Real em 2024).

b) Impostos sobre renda – Empresas tributadas pelo lucro presumido

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia	86.429	76.241
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	6.914	6.099
Outras receitas	5	2.577
Rendimento de aplicações financeiras	3.910	1.959
Base de cálculo - Lucro presumido	10.829	10.635
Alíquota de 15%	1.624	1.595
Adicional de 10%	944	916
IRPJ - Corrente	2.568	2.511
Receita bruta de geração de energia	86.429	76.241
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	10.371	9.149

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas	5	2.577
Rendimento de aplicações financeiras	3.910	1.959
Base de cálculo da CSLL	14,286	13,685
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	1.286	1.232
Imposto de renda e contribuição social - corrente	3.854	3.743

c) Impostos sobre renda – Tributos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ - Diferido	1.673	3.190
CSLL - Diferida	619	1.152
Total	2.292	4.342

Consolidado	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber de clientes - Receita não faturada	5.063	6.688	
Percentual de presunção	8%	8%		
Lucro presumido sobre receita não faturada	405	535		

Alíquota de 15%	61	80
Adicional de 10%	29	6
IRPJ - Diferido	90	86

Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada	608	803
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	55	72

Imposto de renda e contribuição social - diferido	145	158
Estorno provisão ano anterior	(155)	(209)
IR e CSLL diferido sobre receita não faturada	(10)	(51)

Receita financeira não resgatada	(894)	(628)
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
Receita financeira não resgatada	-	149
Alíquota de IR e CSLL	24%	24%
IRPJ e CSLL diferido sobre receita financeira não resgatada	(304)	(178)

Amortização anual do imobilizado reavaliado	(958)	-
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL diferido sobre reavaliação de imobilizado	(326)	-

Amortização anual da mais valia	(4.879)	(12.099)
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido sobre mais valia	(1.659)	(4.114)

Ajuste exercício anterior	7	-
----------------------------------	----------	---

IRPJ e CSLL Diferido do exercício	(2.292)	(4.342)
--	----------------	----------------

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros**31.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa - Custo amortizado	17.497	6.679	44.847	39.641
Contas a receber - Custo amortizado	-	-	6.022	8.843
Partes relacionadas - Custo amortizado	25.132	26.979	28.432	32.032
Total	42.629	33.658	79.301	80.516
Passivos financeiros				
Fornecedores - Custo amortizado	424	378	2.801	8.091
Empréstimos e financiamentos - Custo amortizado	-	-	1.176	6.633
Passivo de arrendamentos - Custo amortizado	2.442	3.026	2.442	3.026
Partes relacionadas - Custo amortizado	11.308	11.552	11.259	14.272
Total	14.174	14.456	16.502	25.389

31.2. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e *Generation Scaling Factor* (GSF);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Grupo está exposto ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e Generation Scaling Factor (GSF)

A geração de energia elétrica do Grupo depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico do Grupo participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

GESM: a Companhia detém a autorização da Usinas de Congonhal I e Paes Leme, cujo vencimento se dá em 19 de março de 2033 e 19 de janeiro de 2033.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Magnart: a Empresa detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e, cujo vencimento se dá em 16 de dezembro de 2034 e 01 de julho de 2035.

Energia Limpa: a Empresa detém a autorização da Usina de Nova Ponte Queimada, cujo vencimento se dá em 28 de dezembro de 2053.

Areal: a Companhia detém a autorização da Usina de Areal, cujo vencimento se dá em 26 de outubro de 2035.

Pacífico: a Companhia detém a autorização da Usina de Pacífico Mascarenhas, cujo vencimento se dá em 13 de abril de 2055.

vii) Risco regulatório

O setor elétrico brasileiro está sujeito a um ambiente regulatório dinâmico, caracterizado por revisões normativas frequentes e por processos de modernização do marco legal. Nesse contexto, a conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025 na Lei nº 15.269/2025 introduziu diretrizes relevantes para a reorganização do setor elétrico nacional, incluindo aspectos relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, à alocação de encargos setoriais, ao tratamento da geração distribuída, da autoprodução, da geração renovável e ao gerenciamento da operação do sistema.

Embora a referida lei tenha mantido parte substancial das regras anteriormente vigentes, especialmente no que se refere aos regimes de transição aplicáveis à geração distribuída estabelecidos pela Lei nº 14.300/2022, o novo marco regulatório reforça discussões estruturais sobre a sustentabilidade econômico-financeira do setor, a repartição dos custos do sistema elétrico, o uso da infraestrutura de rede e os mecanismos de segurança operativa. Parte relevante de seus dispositivos depende ainda de regulamentação específica por parte de órgãos reguladores e setoriais, como a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia e a CCEE, o que pode resultar em alterações adicionais nas regras atualmente aplicáveis.

Nesse cenário, permanecem incertezas quanto a eventuais mudanças futuras nos critérios de compensação de energia elétrica, nos requisitos para caracterização de autoprodução, nas condições de contratação e comercialização de energia, bem como na possibilidade de limitações operacionais à geração, inclusive em situações de restrição do sistema elétrico. Adicionalmente, poderão ser requeridos investimentos adicionais para adequação técnica, operacional ou regulatória dos ativos, a depender da evolução normativa e regulatória.

A Companhia monitora continuamente os desdobramentos relacionados à Lei nº 15.269/2025 e aos atos infralegis dela decorrentes, avaliando seus potenciais impactos sobre suas operações, fluxos de caixa e posição patrimonial. Até a data-base das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foram identificados efeitos materiais imediatos decorrentes da referida lei; contudo, eventuais alterações regulatórias futuras poderão impactar o desempenho operacional e financeiro da Companhia, não sendo possível, neste momento, mensurar de forma precisa tais efeitos.

viii) Risco socioambiental

O Grupo está sujeito a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

O Grupo considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Seguros**Seguro operacional**

Em 15 de dezembro de 2025, foram prorrogadas a vigência da apólice do seguro para 13 de fevereiro de 2026, no dia 13 de fevereiro de 2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13 de fevereiro de 2027, referente às coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a prédios, maquinismos, móveis, utensílios, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do valor em risco declarado das centrais geradoras, com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$50.000 para as empresas co-seguradas do grupo **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(x)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Tríade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2025, foram prorrogadas a vigência da apólice referente as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: **(i)** que as reparações e despesas acima aludidas sejam consequentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente; **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; **(iii)** que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecorrível, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; **(iv)** que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as empresas cosseguradas. **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Energia Limpa Participações Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xii)** Tríade Energias Renováveis Ltda. No dia 13 de fevereiro de 2026, o Seguro foi renovado com vigência até 13 de fevereiro de 2027.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente não foram analisadas pelo nosso auditor independente.

33. Transações que não impactaram caixa

O Grupo realizou transações que não geraram efeitos de caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas de créditos esperadas - Brito Energética Ltda.	-	-	-	44
Integralização de Capital – Nec Operações e Participações em Energia Ltda. (i)	-	-	-	11.279
Dividendos a receber - Energia Limpa Participações Ltda.	-	-	3.290	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar - Nec Operações e Participações em Energia Ltda. E Energia Limpa Participações Ltda.	-	-	44.700	-
Capital a integralizar - Nec Operações e Participações em Energia Ltda.	-	-	20	-
Resultado com distribuição desproporcional	39.220	-	39.220	-
Constituição de Reserva Legal - Sul de Minas Participações em Energia S.A.	-	-	183	-
Constituição de Reserva Legal - NEC Energia e Participações S.A.	1.074	-	1.074	-
Constituição de Reserva Legal - Itacolomi Participações S.A.	-	-	729	-
Constituição de Reserva Legal - Arenal Participações S.A.	-	-	31	-
Reclassificação de imobilizado para intangível	1.266	-	1.266	-
Adição do contrato de arrendamento	134	-	134	-
Total	41.694	-	90.878	11.417

(i) Em 2024, a sócia NEC Operações e Participações em Energia Ltda. realizou a integralização do capital social da empresa de 11.279.364 quotas, com valor nominal unitário de um real, por meio do investimento na Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.

34. Eventos subsequentes

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * *


Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77


Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78


Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54